

Evo Fernandes: sem dúvida, o SNASP

O SNASP (polícia secreta moçambicana) está **ativamente** implicado no caso do assassinato de Evo Fernandes. Esta é a conclusão a que foram chegando os investigadores portugueses — a **Polícia Judiciária**, que está a deslindar criminalmente o caso, e o **SIS** (serviço secreto) que se ocupa do seu enquadramento político.

O carácter praticamente inabalável da conclusão a que as investigações conduziram, levou já o primeiro-ministro português, numa manifestação de desagrado dirigida a Maputo, a **abandonar planos** para uma projectada visita a Moçambique em 1988. Mas é também óbvia a **preocupação de Lisboa** de não transformar o caso no fulcro de uma crise nas relações entre os dois países.

Indícios seguros recolhidos pelos investigadores, e mesmo algumas evidências, vão no sentido de que o SNASP, através dos seus departamentos conhecidos por **D-13**, **BT** e **DAF**, concebeu o plano, providenciou os meios e executou-o na sua fase terminal, que ocorreu depois da «retirada da cena» dos **comissários** portugueses.

Informações de bom nível sugerem que apenas estão por identificar os «operativos» da fase final do plano (ou seja, o sequestro de Evo Fernandes e autoria material da execução). A dificuldade na identificação destes elementos decorre aparentemente da sua entrada em Portugal com **passaportes falsos**.

Uma dúvida que persiste e que até certo ponto milita a favor do SNASP (porque reduz as deduções que apontavam para a **intencionalidade** matar Evo Fernandes, pura e simplesmente), é a que se prende com os objectivos reais do plano. De facto, há indícios que configuram a operação como destinando-se **apenas** a raptar Evo Fernandes ou a levá-lo a entregar-se à Frelimo como «arrendido».

1. DESFECHO IMPREVISITO? — Não há quaisquer dúvidas de que o papel de **Alexandre Chagas** no plano (AC n.º 25, pág. 12) foi o de convencer Evo Fernandes da intenção de um sector da Frelimo, encabeçado por **Bonifácio Gruveta**, a negociar com ele a paz para Moçambique. O perfil de Chagas (chegou a Portugal no dia 1 de Março e deslocou-se depois disso pelo

menos uma vez a Maputo), dá-o claramente como um **dependente** em relação ao SNASP.

Mas além do alibi das negociações, também é provável que Chagas, nos seus últimos contactos com Evo Fernandes, o tenha sondado quanto

mente anormais até na sua insistência. A atitude normal de Maputo seria a de atribuir pouca relevância ao caso se nele não estivesse envolvido.

É também notória a campanha de **contra-informação** (com prolongamentos no estrangeiro) que Maputo lançou

quando foi montado um plano para eliminar figuras-chave da então «Resistência-África Livre» (percursora da Renamo).

O seu Quartel-General funcionava na sede da CIO (Central Intelligence Organization), em **Salisbúria** e tinha ainda um campo de treino em **Bindura**. Havia também uma componente em Joanesburgo. **escândalo maior** que seria o reaparecimento de Evo Fernandes, optaram por executá-lo após três dias de sequestro utilizados para **extracção de informação**.

Apenas a noção de que o desfecho do plano não só não tinha sido o previsto, como, ainda, porque o embaraçava, explica que **dez dias** depois Chagas ainda se encontrasse em Marrocos, onde acabaria por ser preso. Receava as consequências do seu regresso a Maputo, tendo em conta as deficientes informações que forneceu aos «operativos».

Os alvos do plano eram **André Matsangaissa**, presidente do movimento e **Orlando Cristina**, seu secretário-geral. Os executores, por sua vez, eram **Orlando Macamo** e **Zeca Ruço** (dois elementos ligados à PIC (Polícia de Investigação Criminal)). Mas o plano correu mal. Macamo foi abatido em Bindura e Zeca Ruço apareceu morto com um tiro na nuca no apartamento da sua antiga morada em Joanesburgo, no bairro Hillbrow. Na elaboração do plano tinham intervido dois ex-chefes do SNASP, **A. Veiga** e **Jorge Costa**, bem como o ex-director da PIC, **Carlos Raposo Pereira**.

Sabe-se, aliás, que o plano que acabou por ser posto em marcha era menos elaborado do que aquele que tinha sido concebido. Algumas das suas fases foram abandonadas por decisão de **Samora Machel**, que não queria fornecer mártires ao adversário e receava que, no caso de vir a ser mal sucedido, pudesse vir a causar **danos** à imagem de Moçambique.

Por outro lado sabe-se que em **1981/82** começou a ser estudada a criação no SNASP de um departamento destinado a operações especiais, tais como a eliminação física de «traidores» e ainda acções de rapto destinadas a trazer para o país esses mesmos indivíduos.

Bonifácio Gruveta

Informações cuja veracidade AC não está em condições de garantir, mas que valem pelo facto de terem origem em fontes de indiscutível qualidade, garantem que Bonifácio Gruveta (ver texto) esteve em Portugal por alturas do caso Evo Fernandes.

Bonifácio Gruveta teria entrado em Portugal a coberto de uma identidade **fictícia**, proveniente de outro país europeu. Um facto firme é que a polícia está a averiguar esta matéria, explorando pistas nalguns casos consideradas convincentes.

a um possível **regresso condigno** a Moçambique (ver página 11, deste número, matéria sobre esforços do governo moçambicano no sentido de captar elementos da ala política da Renamo).

Quer em relação às propostas de negociação com Bonifácio Gruveta quer mesmo provavelmente em relação ao regresso a Moçambique, Alexandre Chagas terá **exorbitado** nas informações que deu aos «operativos» como sendo reacções de Evo Fernandes.

Iludidos pelas informações prestadas por Chagas, os elementos do «núcleo operativo» acabaram por dar **luz verde** para a execução da fase final do plano — ou seja, o encontro entre eles próprios e Evo Fernandes. Isto ocorreu na noite de **17 de Abril**, tendo logo a seguir (há provas disso) Chagas partido para Marrocos, onde entrou dia 18, via Algeciras (Espanha).

Confrontados, afinal, com uma imprevista **resistência** de Evo Fernandes à sua participação nas alegadas negociações (que se realizariam em local diferente do inicialmente revelado por Chagas) ou ao seu regresso a Moçambique, os «operativos», evitando o

para tentar dissimular o rasto da intervenção do SNASP. A informação moçambicana, por exemplo, viu monocórdicamente no caso uma consequência de **lutas de facções** no interior da Renamo ou de intervenções externas em tal processo.

Mais **sintomático**, no entanto, é que, coincidindo com a prisão de Chagas e Messias em Marrocos e de Pinto da Costa em Paris, o SNASP tenha anunciado publicamente a prisão (teoricamente ocorrida muito antes) de três portugueses que alegadamente se preparavam para cometer **actos terroristas** em Maputo.

Faziam parte — acrescentava o SNASP — de uma rede constituída por outros elementos **em fuga**.

Com isto, o SNASP criava um **factor de pressão** sobre Portugal. A sorte dos três portugueses presos estaria condicionada pelo aproveitamento que Lisboa desse à informação que Chagas, Messias e Costa viessem a fornecer aos investigadores. Por outro lado, o pormenor dos elementos em fuga, deixava em aberto a possibilidade de Maputo, numa tentativa de «tirar o cavalo da chuva», vir a identificá-los como sendo justamente Chagas e os outros dois.

2. INQUIETAÇÃO DE MAPUTO — A implicação do SNASP no caso e a inquietação suscitada pelo seu desfecho aparecem também retratadas nas **reacções oficiais** moçambicanas, manifesta-

3. PLANOS ANTIGOS — A operação que levou à eliminação de Evo Fernandes não é inédita no **historial** do SNASP. A primeira que se conhece remonta a **1977**,